

Liquidez e tramas biográficas: percepções negociadas

SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO

Estou feliz de ter contado minha história. Foi muito bom ter participado dessa pesquisa. Falar dos outros, é fácil. Mas a partir do momento que vai falar da sua história fica pensando, lembra tudo o que aconteceu e isso é um exercício muito bom. Voltando ao passado, reflete algumas coisas que futuramente vai melhorar. Faz essa reflexão da sua vida toda, isso é muito bom. Gostei muito mesmo de dar a entrevista. Ana Paula

Este artigo propõe uma reflexão sobre a forma com que os narradores escolhem lembrar e narrar suas histórias, apresentando como histórias se conformaram durante uma pesquisa. No caso do trabalho que ora se apresenta são trabalhadas narrativas que compuseram a pesquisa de meu doutoramento, intitulada “Tramas e Traumas: identidades em marcha”. As reflexões que se apresentam neste texto foram estimuladas e estão em diálogo com o fazer das entrevistas e seu conteúdo. Também coloco a explicação do uso da história oral sob a ótica da pesquisadora e dos entrevistados, que, de forma combativa, fizeram críticas, apontaram caminhos e se manifestaram sobre a organização da pesquisa, além de mostrarem algumas limitações.

Tá gravando já?... - Adelir

A primeira ponderação a respeito da realização das entrevistas, e, portanto, sobre o registro das narrativas, é que todas foram gravadas com autorização da pessoa que narrou sua história. No entanto, com frequência, desde esse minuto inicial foi preciso uma ação de negociação, de mediação com respeito à presença do gravador, e da câmera de vídeo (dependendo do projeto). É preciso ter em mente que esses equipamentos interferem. Suas presenças por vezes intimidam. Mas isso não impede a narração. Desde que cada pesquisador possa ser flexível o bastante para que por vezes o equipamento seja desligado. Priorizando o bem estar do narrador e não o registro. Neste trabalho pode-se dizer que o gravador foi desligado algumas vezes durante as entrevistas, a pedido do entrevistado. Na maioria das vezes, isso se dava para que a pessoa tivesse tempo de organizar seus pensamentos e racionalizar sua narrativa. Fazia-se um ensaio do que seria falado e então iniciava-se o registro novamente.

Por saber que fazer uma seleção faz parte do processo de narrar é que apresento as narrativas como tramas biográficas, conceito utilizado por Sarlo (2007). Por isso também foi necessário respeitar o narrador, e desligar o gravador em momentos em que a emoção de um choro, por exemplo, aparecia na entrevista. Nessas situações, muitas vezes o gravador, que minutos antes parecia não existir para o narrador, se tornava um interlocutor extremamente violento. Era capaz de registrar e tornar público um momento de tensão. Nesses instantes, de incômodo, a iniciativa de desligá-lo era minha. Pois como afirmou Adelir: “É difícil falar numa entrevista assim... O gravador às vezes assusta um pouco...”

Não é apenas o gravador que assusta, toda a situação de entrevista é bastante delicada. Muitos narradores não se sentem à vontade para acessar suas lembranças e compartilhá-las. Especialmente quando se narra episódios de violência e exclusão. É preciso refletir sobre o trabalho da memória e a dificuldade de narrar nossas próprias histórias. Não é apenas a presença do gravador que faz com que seja difícil dar uma entrevista. A entrevista em si mesma é um exercício, momento em que como em um tecido, deve-se tramar os fios, cruzar lembranças para criar um enredo com as experiências de uma vida.

Nas palavras de Eclea Bosi:

Na maior parte às vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho [Bergson], é trabalho. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição. (BOSI, 1994, 55)

Assim, uma pessoa, ao se lembrar de algo, reconstitui imagens, eventos, sentimentos que foram “experimentados”, ou melhor, ela os experiência, vivencia de modos diversos, antes no passado, agora no presente. Passagens da vida são reconstruídas, representadas a partir de um novo repertório. Essa reconstrução, para Bosi, ganha uma função social que, ao se contrapor a uma massiva presentificação do mundo atual, tem caráter de resistência que é capaz de, junto à “rebeldia da memória”, recompor algumas passagens da vida “em seu lugar antigo” (BOSI, 1994, 452).

Dessa forma, o trabalho que os narradores tiveram, de relembrar e contar suas tramas tem que ser reconhecido e respeitado pelo entrevistador, pois:

...articular um discurso sobre si mesmo é uma tarefa extremamente árdua para indivíduos das classes muito baixas. (...) A construção biográfica os obriga a ver, lembrar, tomar conhecimento mais global, tarefas muito árduas emocionalmente. (RODRIGUES, 1978, 63-4)

Essa reflexão mostra que já há algum tempo se pensa nas dificuldades de expressão de grupos sociais mais pobres. Pode-se acrescentar que não apenas para esses sujeitos essa construção é uma tarefa que exige atenção e trabalho, mas para todos. De qualquer forma, não se pode esquecer que os colaboradores que fazem parte de um trabalho, narrando suas vidas, em grande parte estão falando sobre suas participações em uma comunidade. No caso da pesquisa que está sendo referida, os colaboradores eram cidadãos comuns de origem social simples que encontraram no movimento social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra uma forma de participarem de uma comunidade, pois:

... a comunidade é o lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sobre o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos a mão diante de um dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo a espreita; temos que estar alertas quando saímos (...) Na comunidade podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um “canto” aqui é “escuro”). (BAUMAN, 2003, 7-8)

Todos os colaboradores mostram-se acolhidos e seguros no MST, e na maior parte de suas narrativas mostram ter assumido seu argumento, seu discurso. Por isso mesmo, argumenta-se que um recurso usado por alguns narradores, para quebrar momentos de tensão ou muita emoção enquanto narravam suas histórias, era entremear sua fala sobre um cotidiano muito sofrido – enunciando a exclusão – com um discurso militante – falando da inclusão. Interessante pensar que ambos são discursos dessa comunidade negociados e enunciados a partir das subjetividades envolvidas.

Esse ir e vir – entre diferentes discursos – mostra a releitura que cada sem-terra faz de sua própria vivência e o conforto oferecido pelas certezas do discurso político. Paralelamente, mostra também os mecanismos pelos quais se escolhe ou não narrar algo, e evidencia o trabalho de trama do que pôde ser dito.

Ao pensar, mais detidamente, sobre esses enunciados, interessa o exercício de refletir sobre o uso da voz passiva e voz ativa. Elas são indícios, que marcam a diferença entre vidas diferentes. Isso se evidenciou em uma passagem do texto da entrevista de Adelir:

Por exemplo, em todos os espaços que nós passamos, foi visto pessoas morando embaixo do viaduto, pedindo esmola... as grandes favelas que nós vimos no caminho.

As pessoas que vivem em situação de exclusão *são vistas*. A voz passiva nesse contexto exprime uma situação de sujeição. Mesmo que a concordância da

sofisticação da voz passiva, por vezes seja subvertida, seu significado semântico está presente. Na voz passiva, as pessoas não são agentes de transformação, estão em uma posição de subordinação. Diferente dos sem-terra que se assumem como sujeitos históricos.

Logo em seguida, os sem-terra vêm as grandes favelas. Na voz ativa, Adelir expressa sua agência junto a seu grupo. Não diz “eu vi”, e sim “nós vimos”. Outra reflexão é que a possibilidade de *ver* se dá no caminho, em meio à marcha. Ou seja, a marcha é vista como um momento de formação em que se celebra a união do grupo e se pode ver a diferença entre “nós e os outros”.

Durante a leitura das narrativas a repetição constante, às vezes cansativa, do *nós* e do *a gente* marca esse pertencimento e reforça a idéia do agir e se ver como sujeito da história.

Ainda pensando na organização do que foi contado e na seleção de expressões, destacam-se palavras como construir e lutar que aparecem com frequência nas histórias de vida. Se a narrativa é construção tramada, não se pode pensar que o vocabulário escolhido é inocente. A escolha desses termos denota um sentido de processo que depende da ação de todo um grupo.

Por sua vez, esse grupo aparece definido pelos vocábulos Movimento e organização, ambos significando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Movimento* é uma forma rápida e carinhosa de se referir ao grupo, sem a frieza de uma sigla. *Organização* é uma forma de nomear o MST destacando uma de suas qualidades. Por vezes, aparecem também palavras como organicidade e infra-estrutura se referindo ao funcionamento do MST.

A escolha vocabular fica ainda mais evidente no uso do termo ocupação ao invés de invasão. Essas palavras têm significados bem distintos, e, portanto, essa nomenclatura para a ação praticada pelos sem-terra marca um posicionamento. Reconhece-se que a terra deve ter um uso social, como o previsto pela Constituição Nacional. Justifica-se que algo deve ser feito, nas ocasiões em que ela não está sendo utilizada, tendo ou não um proprietário. Assim, quando a terra está “vazia”, ocupá-la é direito dos que nela querem trabalhar. Além disso, a escolha do termo marca uma diferença entre o discurso da mídia e de órgãos públicos. Invasão, utilizado pelos “outros”, respeita uma lógica capitalista e carrega em seu significado um sentido

negativo, que dá às ações públicas do MST um caráter de ilegitimidade e ilegalidade que deve ser melhor discutido.

Outra escolha vocabular cheia de significados ocorre com termos educando e educador, em lugar de aluno e professor. Essa troca é realizada porque o MST acredita em um processo educativo de aprendizado conjunto e mútuo. Contrapõe-se, portanto, à idéia de que alguém seja capaz de professar verdades sobre um tema, e que outro possa ser iluminado por essas instruções vindas de uma vivência diferente, que em nada tenha relação com a sua. A definição dos termos lembra a todos que o enunciam uma opção teórica e metodológica, marcando um posicionamento educacional.

Com isso, passa-se a empregar termos próprios. Para finalizar essa reflexão sobre palavras escolhidas para denominar coisas e ações, gostaria de indicar alguns nomes escolhidos para assentamentos e acampamentos: Antônio Conselheiro, Che Guevara, Chico Mendes, Dandara, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Zumbi dos Palmares. Ou ainda a designação dada às escolas: Grito do Sepé, Antônio Conselheiro, Carlos Mariguela, Florestan Fernandes e Josué de Castro.¹ Esses são nomes representativos das lutas e conquistas populares. São eles os patronos escolhidos pelos membros do Movimento. São os nomes representativos.

Além de nomes como esses, acampamentos podem ser nomeados com expressões que justificam a luta e referem-se a uma história da religiosidade e da exclusão, como no caso da entrevista de Wanderléia, em que ela faz questão de contar que seu acampamento foi batizado como “Terra Prometida”. Expressão cheia de significado religioso, deixa claro o simbolismo de uma busca.

O uso de tal vocabulário intencional e justificado define um modo de ser, de pensar e de lembrar de uma coletividade. As narrativas, ao usarem essas palavras, demonstram uma apropriação e também uma trama de seleção da memória. Uma memória que dá vida à história contesta o uso de palavras e conceitos cristalizados.

Essas palavras comuns mostram, portanto, que há uma memória compartilhada por esse grupo.

O vocábulo memória foi utilizado apenas na entrevista de Aquiles. Entretanto, nessa narrativa ele apareceu com dois significados bastante distintos. Da primeira vez, mostrou-se no seguinte contexto:

¹ Um levantamento mais completo foi feito por Sebastião Vargas, mas ainda não foi publicado.

Às vezes, a gente está aqui, porque tinha um costume de ter andado do Rio de Janeiro à Brasília... Porque participou da marcha de maior distância que já teve do Movimento Sem Terra. Foram 72 dias, caminhando direto, e a gente cria aqui na memória da gente. É tipo jogo de futebol. Quando bota na memória que todo dia de manhã tem que jogar bola, então todo dia de manhã tem que fazer isso!

Da segunda vez:

Acho que a presença do Movimento Sem Terra está no rosto, na memória, no nosso falar.

A exemplo desses dois excertos, memória pode ser pensada como hábito, de acordo com a primeira afirmação. Mas também como forma de ser, como identidade, conforme a segunda. O uso da palavra memória por Aquiles conduziu a uma reflexão sobre os trabalhos de muitos pensadores que refletiram sobre ato de lembrar ou rememorar.

Em “O tempo vivo da memória” apresenta-se logo de início uma importante questão, acompanhada de sua resposta: “O movimento da recuperação da memória nas ciências humanas será moda acadêmica ou tem origem mais profunda com a necessidade de enraizamento? Do vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade” (BOSI, 2003, 16).

Com isso, revela-se a ligação entre memória e identidade, que necessita da narração para ser evidenciada e compreendida. O ato de rememorar é traduzido em palavras de uma narrativa. Por meio dessa, outras pessoas - ou mesmo o próprio narrador - tomam consciência de suas vidas, de suas experiências. Descobrimo-se quem é, revela-se uma identidade. A memória traduzida em palavras transmite uma experiência vivida e explica o comportamento do presente.

Eclea Bosi agrega uma perspectiva individual e coletiva às narrativas.

Segundo a história do tempo presente, toda história é sempre contemporânea, pois o que se busca explicar no passado é o que nos preocupa hoje. Assim, os temas são selecionados a partir da formulação de uma problemática do presente. Isso garante à história um constante movimento, um processo dinâmico, que se afasta de conceitos cristalizados como verdade e neutralidade. A história oral, por sua vez, potencializa esse movimento, na medida em que o pesquisador passa a se relacionar com seres vivos que influenciam, emocionam e transformam o papel do pesquisador.

O documento, qualquer que seja ele, passa a ser a via pela qual se concretizará a possibilidade do historiador responder suas questões. A “revolução” no conceito de documento culminou na possibilidade do uso da própria história de pessoas. No entanto, se as tramas biográficas, ou narrativas sobre o viver, foram “promovidas” a documentos históricos, era necessário conhecer mais sobre a memória, que as alimentava.

Essa nova prática de pesquisa envolveu em dúvidas os historiadores. Como poderiam acreditar na memória das pessoas? E se ela falhasse, se enganasse? E se deliberadamente mentisse? A memória se apresentava como algo fluído, um espaço de incerteza, o que, portanto, impediria a ciência histórica apoiar nela suas certezas.

A memória também traz indicações de rupturas, no diálogo entre passado e presente. Essas discontinuidades, rupturas e esquecimentos mudam o registro do passado, fogem ao controle dos que registraram o acontecido, tornando a história uma narrativa intersubjetiva.

O maior valor da história oral, para pensadores como Thompson que defendem sua relevância, está em consolidar que a oralidade dá vida e energia às narrativas, permitindo a trama de uma história. A história oral flexibiliza ainda mais o uso das fontes, pluralizando e democratizando a escrita da história.

Desdobramentos no campo da história oral

Desse conjunto de reflexões tiram-se alguns desdobramentos para o campo prático da história oral. Pode-se pensar que essas tramas biográficas reinventam uma vida e como afirmou Bosi: “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade [o local] onde ela floresceu” (BOSI, 2003, p.69). Essa função transformadora está expressa no conjunto das entrevistas que mostram engajamento e motivações. Além disso, há mais do que curiosidade científica no ato de dar a palavra a alguém. No mínimo, há a intenção da denúncia.

A entrevista convertida em narrativa escrita é estabelecida como documento para a história oral, um documento/narrativa produzido a partir de um processo teórico-metodológico. (MEIHY, 2005 e RIBEIRO, 2002)

Refletir sobre documentos para a história oral implica em pensar a pós-modernidade e a liquidez do mundo contemporâneo que “documentos sólidos” talvez não consigam dar conta de explicar. Por isso, crescem as formas “alternativas” de documentação, como os documentários em vídeo e a própria história oral. Esses documentos em si têm uma carga de contemporaneidade, por serem produzidos por equipamentos modernos (câmeras e gravadores, por vezes, digitais), mas, mais que isso, são também “descontínuos”, “auto-reflexivos” (GIDDENS, 1991 e 2002) e “líquidos” (BAUMAN, 2001) como seu próprio tempo. Eles são subjetivos e não objetivos. São líquidos e não sólidos. Não contém uma verdade e uma explicação sobre o mundo, se moldam às diferentes situações.

Nesse sentido, cabe lembrar as reflexões, realizadas desde a década de 70, pelo estadunidense James Hoopes:

... in the case of the oral document, the critical questions are more personal and subjective because of your involvement in creating the document. The consequent difficulty in interpreting the oral document can be both frustrating and excellent training. The problem is that, though an interview may contain lies, it is unlikely to contain *the* truth. The best that you can hope for is that the interviewee has told *a* truth, the truth as it looks to him. Your crucial critical question, therefore, is not “how do I know that the interviewee has told the truth?” Rather, you should ask, “What do I know from the interviewee’s words about his actual experience and about his perception of that experience?” (HOOPES, 1979, p.123)

Também que se pode relacionar essa fluidez com um processo de globalização, não só da economia e da política, mas também da história oral.² Isso tem relação com a busca de novas formas de documentar e explicar o mundo (em todo o mundo). Daí a idéia das histórias de vida como um novo tipo de documento “moderno”, não só porque gravado, mas por ter nele outras características, carregadas de modernidade (globalização, tecnologia, fragmentação, não verdade...).

É interessante ver que a história oral está crescendo sem lugar definido, seus principais pensadores são críticos literários, historiadores, antropólogos, sociólogos e isso pode fazer sentido junto com a discussão sobre o surgimento de uma área de estudos, (não um *locus* interdisciplinar, mas uma forma de produzir conhecimento diferente, a partir desses documentos diferentes), pois é um campo que tem crescido significativamente nos últimos anos. Daí advém o posicionamento de pensadores como

² Essa reflexão sobre o crescimento da história oral se desenvolveu durante minha participação no “2007 Oral History Seminar”, organizado pelo Columbia Oral History Office. Nesse seminário havia uma mesa para a discussão do que chamaram de “Oral History Movement” fazendo referência a seu desenvolvimento em vários países, como um movimento global.

Meihy que defendem que a história oral seja uma disciplina, com preocupações, procedimentos e teoria próprios (MEIHY, 2003).

Propõe-se, portanto, uma associação entre documento escrito/oficial com um mundo sólido e de verdades objetivas e o documento oral/narrativa resultado do trabalho de história oral e da interação entre sujeitos, com um mundo mais fluido, mutável, múltiplo e líquido. Desdobrando essa questão é possível associar isto também com o tipo de identidade que se forja (elabora, esculpe). Ao assumir a “liquidez” do documento, pode-se enxergar numa mesma narração sobre uma experiência, muitas identidades, pois o "eu", não é uma entidade passiva, mas determina e é determinada pelas contingências (BHABHA, 2001).

Nesse sentido, cabe uma crítica aos trabalhos em história oral que em geral se preocuparam mais com a captação dessas subjetividades na situação da entrevista, que com a análise delas. De forma geral, os pesquisadores tendem a aprisionar e fechar possibilidades no momento em que se debruçam para interpretá-las. Mesmo percebendo isso, não se pode afirmar que esse trabalho conseguiu superar essa crítica, mesmo sendo isso uma de suas preocupações.

Sobre a situação de entrevista há pontos que merecem destaque. O primeiro é que mulheres e homens narram diferente: diferentes temas de diferentes modos. Sendo assim, é possível afirmar que a narrativa tem gênero. Uma das grandes diferenças é que mulheres incluem de maneira mais forte em seu narrar o tema família. Fazem críticas ao modo como se estrutura o movimento em torno da questão de gênero de maneira mais evidente. Enquanto os homens falam mais sobre a produção e sobre seus trabalhos de mobilização.

A historiadora Valerie Raleigh Yow lembra das diferenças entre masculino e feminino na narrativa. Segundo ela os homens são mais assertivos, e não têm medo de afirmar sua vocação ou força. Já mulheres costumam dar mais “voltas” para dizer algo sobre si mesmas, principalmente no que se refere ao reconhecimento de sua profissão e suas habilidades. Yow exemplifica esses pontos a partir de seu trabalho (YOW, 2005, 301).

Ponto importante a ser estudado frente às marcas compartilhadas pelas narrativas é o uso de uma linguagem própria e a referência a uma trajetória comum. Marcas essas que caracterizam essa comunidade que pode ser evidenciadas ou apagadas

de acordo com a postura assumida pelo pesquisador durante a realização da entrevista (papel da mediação e postura colaborativa) ou no momento da transposição do discurso oral para o escrito (transcrição).

É sabida a importância de se respeitar a imensa diversidade de modos de narrar, oriundos de diferentes vivências e jeitos de lembrar. Por outro lado, vê-se em uma mesma narrativa a presença de várias vozes. Inspirados nas reflexões de Mikhail Bakhtin (1997) quanto à polifonia que estas carregam, percebemos a riqueza das práticas na construção de memórias, identidades e subjetividades dos sem-terra.

Também as análises, presentes nesta tese, baseiam-se nas reflexões de Foucault sobre a noção de subjetividade, ao produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano, dividida em certas práticas objetivadoras, subjetivadoras e discursivas.

Assim, as perturbações e cobranças que rondam um historiador oral na hora da transposição do narrado para um texto escrito, são as mesmas do etnógrafo no momento de escrever seu texto. Preocupação expressa por Geertz da seguinte forma:

Afirmar [...] que escrever etnografia implica contar histórias, criar imagens, conceber simbolismos e desafiar figuras de linguagem, encontra comumente uma resistência, amiúde feroz, em virtude de uma confusão, que é endêmica no Ocidente pelo menos desde Platão, do imaginado com o imaginário, do ficcional com o falso, da compreensão de coisas com a invenção delas. A estranha idéia de que a realidade tem uma linguagem em que prefere ser descrita, de que sua própria natureza exige que falemos dela sem espalhafato – pau é pau, pedra é pedra, rosa é rosa - sob pena de ilusão, invencionice e auto-enfeitamento, leva à idéia ainda mais estranha de que, perdido o literalismo, também a realidade se perderá. (GEERTZ, 2002, p.183)

A construção de todo texto é, portanto, um desafio para oralistas e etnógrafos, ainda mais visto que tradicionalmente a atenção desses pesquisadores não recai sobre “questões literárias” (GEERTZ, 2002, p.8). Com isso, pode-se dizer que as duas áreas estão caminhando lado a lado, enfrentando dilemas parecidos. No entanto, o que se percebe é que se as críticas são parecidas as respostas a elas são distintas.

Ao transformar o que foi originalmente um diálogo em um texto em primeira pessoa as marcas do diálogo permanecem, as perguntas, quando mudam o rumo da narrativa estão presentes na transcrição. Como no caso da entrevista de Aquiles em que minha intervenção aparece da seguinte forma: “Você me pergunta sobre minha vida antes de entrar no MST...” ou ainda “Em que momentos me sinto mais Sem Terra? Todos!”

A pergunta “quando se sente sem-terra?” embora não apareça textualmente em todas as entrevistas perpassou todos os encontros. Ela foi a pergunta de corte (MEIHY, 2005). Ou seja, foi questão presente nas entrevistas para todos os participantes do projeto e se remete ao tema central dessa pesquisa. Ela foi formulada diretamente quando necessário, contudo em algumas situações foi respondida no conjunto da fala do entrevistado, não precisando aparecer de forma direta. Essas transformações do texto oral para o escrito, foram definidas por Meihy (1990 e 1991) como sendo um processo de transcrição.

Trata-se da transformação do que foi falado em escrita, “teatralizando o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito, palavra por palavra” (MEIHY, 1991, p.30-31). Meihy denomina esse procedimento de postura “livre”, em que é mais importante o compromisso com as idéias e não apenas com as palavras.

Caldas levou o conceito a frente propondo-o não como uma etapa do trabalho, mas como todo o conjunto de interações entre entrevistador e entrevistado, que resulta na produção de um texto escrito final (CALDAS, 1999, p.79). E chegou a afirmar que por todo o processo de feitura do texto final, o colaborador não pode mais ser tratado como objeto de conhecimento, passa a ser sujeito participativo.

O texto final (depois de ter passado por várias entrevistas, várias transcrições, vários encontros de leitura e por todo o processo de formação textual) jamais poderia ter sido pronunciado daquela maneira final pelo interlocutor; no entanto cada palavra, cada frase, cada estrutura lhe pertence (ele não disse, mas somente ele poderia ter dito). (CALDAS, 2001, p.36)

A transcrição é mais que uma edição do texto da entrevista. Leva em conta coisas que foram ditas e não foram gravadas, por isso é o resultado da interação. Mostra-se aqui dois exemplos simples, lembrando que análises detalhadas foram feitas por Santos (1998) e também por Brito (2002).

Elizandra aceitou dar sua entrevista, estávamos à sombra de uma árvore e ela tinha sua filha nos braços. Antes de começar a entrevista ela me apresentou Inara. Assim que liguei o gravador, Inara começou a chorar, entretanto só depois de falar por uns minutos, Elizandra, que a embalava desde o início, falou “Ô minha filha”. Na transcrição o início da entrevista aparecia assim:

Sou Elizandra, do Mato Grosso do Sul. Faço parte da Direção Estadual pelo setor de educação. Eu nasci em Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, mas a minha infância, a minha adolescência, um pouco da minha juventude mais grandinha foi numa cidade do interior próxima a Dourados, Douradina, município de Douradina. A minha infância foi maravilhosa, no sentido da vida no interior é boa de se viver. (*choro de bebê*)
Ô minha filha.

Essa última frase, que poderia ficar sem sentido, transformou-se em “Essa aqui no meu colo é minha filha, Inara... Ô filha! Não chora não...”

Outro exemplo pode ser tirado da entrevista de Aquiles, que por estar muito gripado tossia o tempo todo. Por vezes ele não conseguia terminar suas frases e em meio à entrevista peguei um remédio para garganta que tinha comigo e dei para ele. As inúmeras interrupções provocadas pela tosse apareceram no texto final em frases como: “Não consigo nem falar direito de tanta tosse...”, “Essa tosse não pára!” e “Minha voz está falhando... acho que por causa da tosse...”

Nessa medida, a própria criação dos documentos apresentados é em si um ato de interpretação, resultante de um encontro com os entrevistados. As narrativas são resultados de uma conversação, uma criação conjunta, desde o momento de sua gravação. A narrativa é organizada por sua estrutura vocabular, a partir das palavras usadas; por sua situação social, a interação intersubjetiva estabelecida entre os presentes; e por sua performance, pois quem fala, fala para uma audiência e essa performance é parte integrante da narrativa.

Desse encontro, o que é registrado é algo entre a história que o entrevistador quer construir e a história que o entrevistado quer contar. O que se tem acesso é uma seleção que de certa forma é uma auto-análise, resultante de um campo de tensão (a situação da entrevista).

Para a história oral o referente não é o acontecido, pois ele não pode ser capturado a não ser no momento imediato. A história oral é, portanto, o processo que converte “memória em história”, aprisionando, concretizando, formalizando um momento que era volátil, passageiro e disforme, por meio da elaboração de um texto. Assim, pode-se pensar que no momento de uma entrevista o indivíduo fala sobre o acontecido, criando um novo referente. Num segundo momento, quando se transpõe o que foi dito para o papel, o que é chamado – genericamente - de transcrição, passa a ser um novo referente. Isto, dada a impossibilidade de representação do passado tal como o ocorrido.

No fazer do historiador oral, ou como Meihy prefere chamar, do oralista, prevê-se a elaboração de um documento escrito que possa ser objeto de interpretação. Dessa forma a história de uma pessoa é tomada como texto para que possa ser analisada, assim como o faz Geertz com a cultura, e, portanto, o documento produzido pode ser submetido a uma teoria interpretativa.

Frente a essa complexidade não podemos mais pensar que esse pesquisador pode ser um reproduzidor ou relator do dizer do outro. O pesquisador social deve ser autor e assumir sua autoria. Seu novo exercício é a construção da interpretação. Essa é a responsabilidade social de um pesquisador social. A idéia defendida nesse texto é de que o autor - oralista ou etnógrafo - deve ser um hermenêuta, e em seu texto fundar sua discursividade e construir sua obra.

A autoria de um texto tanto para a etnografia quanto para a história oral:

... em geral, não tem sido apresentada como um problema de ordem narrativa, uma questão da melhor maneira de se fazer com que uma história honesta seja contada honestamente, mas como um problema epistemológico, uma questão de como impedir que visões subjetivas distorçam fatos objetivos. (GEERTZ, 2002, p.21)

Sobre isso Silva lembra que :

Mesmo que os antropólogos estejam conscientes de que os fatos não falam por si mesmos, conforme defendeu Malinowski, as etnografias pretendem que os documentos apresentados, as descrições, possam ser referidos como “fatos brutos”, não contaminados pelo uso interpretativo que se quer fazer deles. Como se sua própria descrição, ou os elementos com os quais a compomos, já não fosse em si mesma uma forma de interpretação da realidade. (SILVA, 2006, p.121-2)

É justamente frente a tal discussão que o conceito de transcrição ganha importância, pois subverte na própria criação do documento a possibilidade de “pureza”. A narrativa resultante deste processo importa não por ser mais completa ou mais fiel. E sim, por incorporar a idéia de parcialidade, não apenas a do entrevistado, mas também a do entrevistador.

É possível, entretanto, separar a descrição dos fatos de sua interpretação tanto na construção de um texto etnográfico como em sua leitura? Toda descrição já não é em si mesma uma interpretação circunstanciada pelas condições de sua observação? (SILVA, 2006, p.124)

Destaca-se que no processo de produção documental o sujeito está presente e é sua presença que motiva a produção do documento. Sendo assim é muito difícil delimitar a fronteira entre descrição e interpretação. Ambas estão a todo momento presentes. De maneira apenas didática, pode-se marcar a existência mais intensa de uma e de outra, em certos momentos. O texto da entrevista é o lugar em que se pretende que

o narrador apareça mais que o pesquisador. No restante dos textos dessa tese, pressupõe-se o contrário. A iniciativa de deixar a narrativa em primeira pessoa é tentativa de marcá-la como pessoal e subjetiva, em contraponto a um discurso homogeneizante e generalizador que impede a leitura de um texto como resultado de uma experiência.

Da mesma forma, não se pensa que as tramas biográficas registradas dêem conta do que é cada entrevistado. O texto que ora se apresenta também não é a totalidade da pesquisa desenvolvida ou das reflexões tecidas sobre o exercício de trabalhar narrativas. Muito se perdeu. Aqui como lá, tem-se acesso às versões, apanhados de momentos, vistos à luz dos olhos de hoje, sobre o acontecido ou sobre o que se lembra ter ocorrido.

É comum ouvir, quando se fala do trabalho com memória, que ela é fluída. E é realmente. Mas se isso vale para os narradores, deve valer também para os pesquisadores. O que deve importar, portanto, é entender como a pessoa se descreve, ou, quais suas verdades e pontos de vista sobre as coisas. No entanto, dizer isso não basta, é preciso também analisar como e porque estão sendo produzidas, ou “lembradas” desta ou daquela forma especificamente. Ou seja, muitas vezes o que se apresenta em primeira mão em uma entrevista são opiniões e leituras de um grupo, em diálogo com conversas internas à comunidade ou externas produzidas pela sociedade em geral ou pela própria mídia, que por vezes inunda a todos com informações, o que coloca o pesquisador em contato com narradores que falam sobre percepções mais generalizadas, e somente com muito trabalho de ambos e algum tempo de conversa, de atenção e de negociação aquelas percepções “padrão” podem ceder lugar para pensamentos e impressões mais particularizados.

Referências Bibliográficas

AZZAN JR, Celso. *Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. 2ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 279-326.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRITO, Fábio Bezerra de. *Ecos da Febem: história oral de vida de funcionários da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor de São Paulo*. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 2002.
- CALDAS, Alberto de Lins. *Oralidade, texto e história – Para ler a história oral*. São Paulo, Ed. Loyola, 1997.
- _____. Transcrição em história oral. In: Nêho-história. N° 1, novembro de 1999, pp. 71-79.
- _____. *Nas águas do texto: palavra, experiência e leitura em história oral*. Porto Velho: Edufro, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1989.
- _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 1997.
- _____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.
- GRELE, Ronald J. La Historia y sus Lenguajes en la Entrevista de Historia Oral: Quién Contesta a las Preguntas de Quién y Por Qué? In: *Historia y Fuente Oral*, n° 5, 1991, p. 111-115.
- HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.
- MEIHY, José Carlos S. B. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.
- _____. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- _____. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002 e 2005.
- _____. La radicalización de la historia oral. In: Palabras e silencios. Revista de la Asociación Internacional de Historia Oral. Nueva Época, vol 2, n. 1, junio 2003, pp. 33-45.
- RIBEIRO, Suzana L. S. *Tramas e Traumas: identidades em Marcha*. São Paulo. Tese de doutorado DH/FFLECH/USP, 2008.

_____. *Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, DH/FFLCH/USP, 2002.

_____. MEIHY, J. C. S. B. e SANTOS, A. P. dos. *Vozes da marcha pela terra*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. IOKOI, Zilda, ANDRADE, Marcia e REZENDE, Simone. *Vozes da terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo*. São Paulo: Fundação ITESP/ Imprensa Oficial, 2005.

RODRIGUES, Arakcy M. *Operário, operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial da grande São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SANTOS, Andrea Paula dos. *Ponto de vida, cidadania de mulheres faveladas*. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.

_____. *À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras: histórias de vida de militares de esquerda*. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1998.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

_____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP, 2006.

STREY, Marlene Neves (et al.). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998

YOW, Valerie Raleigh. *Recording Oral History: a guide for the humanities and social sciences*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2005.